

INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA VALORIZAÇÃO DA CULTURA

INTERCULTURALITY AND ENVIRONMENTAL EDUCATION IN PEDAGOGICAL PRACTICES FOR THE VALUATION OF CULTURE

Ana Cristina Souza da Cruz

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande/MS
ana_cristina_cruz@yahoo.com.br

Resumo

As questões ambientais contemporâneas estão para além da esfera do natural e biológico, dando destaque para os aspectos políticos e públicos relacionados aos direitos comuns socioculturais e ambientais. Apresenta-se a discussão sobre a importância de práticas pedagógicas relacionadas à valorização da cultura afro-brasileira e indígena apresentadas em propostas de atividades de educação ambiental elaboradas por alunos do curso de Especialização em Educação Ambiental e Espaços Educadores Sustentáveis. Das 13 propostas elaboradas para desenvolvimento de discussões e práticas pedagógicas relacionadas as questões socioambientais e culturais, 11 delas foram destinadas à temática da população indígena e duas relacionadas à temática da população quilombola. Observa-se a intenção de valorização das culturas que diretamente influenciam nossa sociedade, população indígena e quilombola, evidenciando a necessidade de os espaços escolares potencializarem suas discussões e ações pedagógicas para o fortalecimento das relações de conhecimento e de respeito.

Palavras chave: indígenas, quilombolas, justiça social, ensino fundamental, intercultural.

Abstract

Contemporary environmental issues are beyond the sphere of the natural and biological, highlighting the political and public aspects related to common socio-cultural and environmental rights. It is presented the discussion about the importance of pedagogical practices related to the valorization of the Afro-Brazilian and indigenous culture presented in proposals of environmental education activities elaborated by students of the Specialization Course in Environmental Education and Sustainable Educator Spaces. Of the 13 proposals elaborated for the development of discussions and pedagogical practices related to socioenvironmental and cultural issues, 11 of them were devoted to the theme of the indigenous population and two related to the theme of the quilombola population. It is observed the intention of valorization of the cultures that directly influence our society, indigenous population and quilombola, evidencing the need of the school spaces to potentiate

their discussions and pedagogical actions for the strengthening of relations of knowledge and respect.

Key words: indigenous peoples, quilombolas, social justice, fundamental education, intercultural.

Introdução

Para fortalecer o processo de aprendizagem escolar para a garantia de acesso a todos com qualidade e permanência efetiva, é preciso potencializar o trabalho com as questões relativas às diferenças culturais, socioambientais e outras. Sendo relevante a prática pedagógica comprometida com as diferenças, o respeito, a democracia para a promoção de relações democráticas na perspectiva intercultural.

De acordo com Borges (2010, p. 72) citando pesquisa do IBGE, a população brasileira é composta de 45% de população negra, no entanto é acentuada a valorização da cultura europeia que fortalece a desigualdade. “Predomina aqui um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes europeias da nossa cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras que são a africana, a indígena e a asiática”. Destaca-se a importância por meio de estudos e marcos legais a importância da inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares.

As questões ambientais contemporâneas estão para além da esfera do natural e biológico, dando destaque para os aspectos políticos e públicos relacionados aos direitos comuns socioculturais e ambientais, assim podendo promover a discussão e reflexão sobre a diversidade sociocultural e a vulnerabilidade socioambiental.

É necessário um reconstruir de significados subjetivos e coletivos para a valorização do bem comum. Carvalho (2004, p. 3), comparando gerações anteriores e a atual em relação ao engajamento político, aponta para uma “redefinição das fronteiras entre esferas pública e privada, e da valorização da cultura, das identidades e do meio ambiente como novos espaços de expressão política”.

Espinheira (2007, p. 98) descrevendo a relação do homem com a natureza, pontua que este precisou se reinventar na cultura para se defender, e em um sistema adaptativo torna-se um ser fora da Natureza, assim segundo o autor a “cultura é a natureza humana construída pelo próprio ser humano”. No entanto, o homem além de escravizar outros animais, também escraviza outros homens e mulheres.

Não tem natureza o homem, ele não é da natureza. É um bicho interesseiro e interessado e por isso faz o errado e faz o certo, depende da consciência de estar nesse mundo; de ver somente a si ou reconhecer que faz parte de uma sociedade e que há outros que devem ser levados em consideração, tanto no presente como no futuro (ESPINHEIRA, 2007, p.100).

As temáticas relacionadas ao ambiente e às diferenças socioculturais devem estar previstas no Projeto Político Pedagógico da escola, contemplando a diversidade e necessidades de uma comunidade. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e a educação das relações étnico-raciais devem ser desenvolvidas no cotidiano das escolas como conteúdo de disciplinas, particularmente Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

§ 4º O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das

diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

(...)

§ 7º Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios.

(...)

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (BRASIL/LDB, 2015a, p. 20).

Moura e Hirata (2013) considerando a educação ambiental um processo para a construção de valores, hábitos e atitudes para o convívio social em equilíbrio com os ambientes, em uma inter-relação com diversos espaços, apontam para uma educação politizada, voltada para a práxis e intervenção social.

Para a busca e efetivação de uma prática socioambiental mais harmoniosa, solidária e justa é necessário que as discussões e os aspectos legais sobre a educação ambiental, sejam reproduzidos e consolidados nos diversos espaços de relações, sugere-se a militância, a atuação política nas dimensões individual e coletiva. Para tanto, discute-se a importância de educadores ambientais formados como sujeitos ecológicos, como afirma Carvalho (2001, p.187-188):

Um sujeito que pode ser visto em sua versão grandiosa como um sujeito heroico, vanguarda de um movimento histórico, herdeiro de tradições políticas de esquerda mas protagonista de um novo paradigma político-existencial; em sua versão new age é visto como alternativo, integral, equilibrado, harmônico, planetário, holista; e também em sua versão ortodoxa, onde é suposto aderir a um conjunto de crenças básicas, uma espécie de cartilha — ou ortodoxia — epistemológica e política da crise ambiental e dos caminhos para enfrentá-la.

Sendo o educador ambiental um sujeito ecológico, crítico, político, precisa romper com práticas pedagógicas conservadoras, preconceituosas, fragmentadas:

Os professores, na maior parte das vezes, estão preocupados com a degradação da natureza, mobilizam-se com empenho sincero para enfrentar essa questão, mas as práticas resultantes, geralmente, são pouco eficazes para atuar, de forma significativa, no processo de transformação da realidade mais imediata com a qual estão lidando e, reciprocamente, com uma realidade mais ampla (GUIMARÃES, 2004, p. 120).

Guimarães (2004) reconhece a importância da sensibilização de educadores para as dimensões ambientais, no entanto sinaliza para a superação de práticas hegemônicas e a necessidade de envolvimento para um novo fazer pedagógico capaz de transformação, criação e construção de um novo mundo, plenamente sustentável.

Neste artigo apresenta-se a discussão sobre a importância de práticas pedagógicas relacionadas à valorização da cultura afro-brasileira e indígena apresentadas em propostas de atividades de educação ambiental elaboradas por alunos do curso de Especialização em Educação Ambiental e Espaços Educadores Sustentáveis, oferecido pela Pós-Graduação da Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Caracterização e contexto das propostas pedagógicas

As propostas pedagógicas apresentadas neste estudo foram desenvolvidas no Curso de Especialização em Educação Ambiental e Espaços Educadores Sustentáveis, com área de concentração em Educação Ambiental, na modalidade à distância, da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, desenvolvido no período de 2015 a 2016.

A Resolução de nº 13 de 5 de março de 2015 aprovou e regulamentou o Curso de Especialização que tem por objetivo a qualificação de pessoal visando o exercício das atividades profissionais e de ensino. Considerando como público alvo portadores de diploma de graduação, professores e técnicos das secretarias de educação, participantes de movimentos sociais e demais membros da comunidade interessados no assunto.

Na disciplina “Educação Ambiental, Sujeitos e Identidades”, com objetivo de propiciar a compreensão sobre a identidade do educador ambiental e noções sobre território e cultura em observância aos problemas socioambientais, é solicitado como uma de suas atividades o exercício de produção de uma proposta de atividade de Educação Ambiental, ressaltando que esta precisa contemplar a questão sobre direitos humanos, da diversidade cultural, diferenças, enfatizando, por exemplo, os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos, populações tradicionais em geral, suas culturas e necessidades. A atividade planejada deveria ser pensada para ser desenvolvida com alunos do ensino fundamental ou com o público do trabalho de cada cursista. Podendo ser uma aula especial, um projeto, uma campanha, uma ação social, a produção de um material didático, um evento, ou seja, uma proposta de atividade que envolvesse a Educação Ambiental e as questões culturais e territoriais da comunidade escolhida.

Apresentam-se 13 propostas de Educação Ambiental de um dos grupos de cursistas, representando três municípios de Mato Grosso do Sul. Sendo 10 cursistas com formação em licenciaturas: Ciências Biológicas (3), Pedagogia (2), Geografia (2), Artes Visuais (1), Química (1), Filosofia (1), Letras (1) e Educação Física (1). E os demais cursistas com formação em Engenharia Ambiental (1), Direito (1) e Meteorologia (1).

Durante este processo de formação apenas 4 dos 13 cursistas não estavam atuando diretamente na escola com a Educação Básica, sendo um profissional do Corpo de Bombeiros, um educador ambiental em Parque Ecológico, um professor no Ensino Superior e um educador físico em academia.

A maioria das propostas de Educação Ambiental foi elaborada para serem desenvolvidas com alunos do ensino fundamental (9). Três propostas foram planejadas para o ensino médio e uma proposta foi elaborada para uma população indígena. Das 13 propostas elaboradas para desenvolvimento de discussões e práticas pedagógicas relacionadas as questões socioambientais e culturais, 11 delas foram destinadas à temática da população indígena e duas relacionadas à temática da população quilombola.

Nas propostas apresentadas verifica-se que as temáticas e os objetivos elencados demonstram as possibilidades das relações de interdependências das questões ambientais e culturais, destacando-se a relevância das discussões para as perspectivas de relações mais justas socioambientalmente, considerando os princípios de respeito, igualdade e solidariedade.

Educação ambiental e cultura

A Educação Ambiental apresenta-se atualmente de forma mais intensa e expandindo as discussões, antes apenas entre os ambientalistas, para vários pesquisadores e Estado. As condições socioambientais e econômicas mencionam para a urgência em pensar e agir sobre o ambiente natural e o socialmente construído.

Inicialmente a discussão sobre as questões ambientais esteve unicamente no campo do natural, com a instituição de leis e organizações preocupadas com a proteção do ambiente, hoje se percebe a expansão para o social, pois se tornou evidente a crise civilizatória instaurada pelo modelo capitalista.

Muitas discussões são iniciadas com os movimentos sociais. E o movimento ecológico, surge na década de 1960 no cenário político. Movimentos e críticas que vão além do modo de produção, acentuando os questionamentos sobre o modo de vida. São movimentos histórico-culturais.

Em 1988 a discussão ganha notoriedade na Constituição Federal devido a forças articuladas pelos ambientalistas. Em seu Artigo 225 fixou os princípios gerais em relação ao Meio Ambiente:

Art. 225- Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2015b, p. 111).

Recentemente, para reforçar a legitimidade da Educação Ambiental nos espaços escolares aconteceu a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA):

Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Art. 3º A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído (BRASIL, DCNEA, 2012, p.2).

(...)

Art. 8º - A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (BRASIL, DCNEA, 2012, p.3).

Observa-se que na escola surgem as iniciativas de professores mais preocupados com a atual crise ambiental, e mais conscientes dos avanços pedagógicas e necessidades da sociedade, buscando assim, inserir na discussão a temática ambiental em suas práticas pedagógicas.

A dimensão ambiental emerge como problema social que atinge as universidades, os sistemas de conhecimento, a formação de profissionais e a crescente necessidade de a educação adaptar-se a um novo perfil de desenvolvimento, cuja base transita entre a economia, a ecologia e a justiça social da busca de sociedades onde caibam realmente todos (TRISTÃO, 2008, p. 23).

Guimarães (2004) resignifica a educação ambiental como “crítica”, pois acredita na perspectiva da educação capaz de promover a transformação de nossa realidade frente à urgência da grave crise socioambiental. Dessa forma, a EA Crítica, que tem como base a Teoria Crítica, surge em contraposição a EA Conservadora, com características que imperam a conservação da realidade de acordo com os interesses dos dominantes e da lógica do capital.

A educação ambiental que denomino conservadora se alicerça nessa visão de mundo que fragmenta a realidade, simplificando e reduzindo-a, perdendo a riqueza e a diversidade da relação. Centrada na parte vela a totalidade em suas complexas relações, como na máquina fotográfica que ao focarmos em uma parte desfocamos a paisagem. Isso produz uma prática pedagógica objetivada no indivíduo (na parte) e na transformação de seu comportamento (educação individualista e comportamentalista). Essa perspectiva foca a realização da ação educativa na terminalidade da ação, compreendendo ser essa terminalidade o conhecimento retido (“educação bancária” de Paulo Freire) e o indivíduo transformado (GUIMARÃES, 2004, p. 26-27).

Considerando as necessidades atuais, as ações pedagógicas precisam estar articuladas pela Educação Ambiental Crítica e para a possível superação da transmissão de conhecimento, a imposição da mudança de comportamento e ações que tendem, no cotidiano escolar, trabalhar isoladamente o aspecto cognitivo e afetivo nos processos ensino e aprendizagem.

Para a efetiva ação pedagógica crítica é necessário que os professores estejam em constante processo de formação na busca da superação da hegemonia e para a igualdade de oportunidades, reforçando aspectos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012, p. 3) para uma prática educativa que articule as dimensões política e pedagógica.

Art. 11. A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender de forma pertinente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

As ações pedagógicas devem estar pautadas na crítica, rompendo com o conservadorismo, com o conhecimento desvinculado da realidade, com a disciplinaridade frente à transversalidade, caracterizando o “ambiente educativo como movimento” (GUIMARÃES, 2004, p. 31).

As desigualdades de acesso aos bens comuns e as diferenças socioculturais são muitas vezes conteúdos de notícias pelas tensões, conflitos e necessidades de diálogo para negociações. Questões socioculturais são aspectos de um contexto histórico, político, cultural, que trazem as diferenças nas diversas expressões, principalmente relacionadas às temáticas étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosa, e, que estão muitas vezes representadas por movimentos sociais que segundo Candau (2012, p. 236), “denunciam injustiças, desigualdades e discriminações, reivindicando igualdade de acesso a bens e serviços e reconhecimento político e cultural”.

Sobre a valorização da cultura a Constituição Federal de 1988 na Seção II – Da Cultura, estabelece (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2015b):

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC nº 48/2005)

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo

civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II – produção, promoção e difusão de bens culturais;

III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV – democratização do acesso aos bens de cultura;

V – valorização da diversidade étnica e regional (p. 77).

Candau (2012, p. 240) conceitua “diferença” afirmando que o termo não se opõe à igualdade e sim à padronização e uniformização. E busca desconstruir em sua reflexão a padronização para fortalecer a luta contra as formas de desigualdade e pelo reconhecimento dos direitos básicos de todos. Para tanto, todos precisam ter suas diferenças reconhecidas para a construção da igualdade. “Não se trata de afirmar um pólo e negar o outro, mas de articulá-los de tal modo que um nos remita ao outro”.

A autora ainda sinaliza que muitos estudos e pesquisas também abordam e denunciam as situações em que alunos são rejeitados e discriminados no dia a dia nas escolas, pelas suas marcas identitárias. Sendo de grande necessidade que educadores sejam sensibilizados e chamados não apenas para a análise das diferentes linguagens e produtos culturais, mas também devem favorecer experiências de produção cultural e de ampliação do horizonte cultural dos alunos (CANDAU, 2013).

(...) a escola é concebida como um centro cultural em que diferentes linguagens e expressões culturais estão presentes e são produzidas. Não se trata simplesmente de introduzir na escola as novas tecnologias de informação e comunicação e sim de dialogar com os processos de mudança cultural, presentes em toda a população, tendo no entanto maior incidência entre os jovens e as crianças, configurando suas identidades (CANDAU, 2013, p.34).

Para Moreira e Câmara (2013, p. 53) para focar as questões de identidade e diferença na sala de aula é preciso estabelecer algumas metas e estratégias, tais como, articular as diferenças, não para contribuir com o isolamento de grupos, ou aumentar a fragmentação que se pretende neutralizar. É preciso favorecer o diálogo para a “superação das divergências que costumam impedir a aproximação entre os diferentes”.

Nas atividades indicadas nas propostas dos futuros especialistas em educação ambiental (Quadro 1), fica evidente a valorização de estudos científicos e acadêmicos relacionados às questões ambientais, sociais e culturais, assim buscando garantir pelo estudo dos conceitos construídos historicamente, também valorizar aspectos das diversas culturas.

Atividades elencadas nas propostas		
Propostas	Temas	Atividades
1	A mulher indígena Guarani e Kaiowá	▪ Conhecer as origens da mulher indígena Guarani e Kaiowá, por meio de coletas e organização de iconografias.

		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecer e identificar aspectos do cotidiano da mulher indígena Guarani e Kaiowá e como se deu o processo da sua formação cultural. ▪ Realizar uma feira cultural para comunidade escolar, com a exposição dos trabalhos dos alunos e palestras com informações sobre vida da mulher indígena Guarani e Kaiowá.
2	Demora da demarcação de das terras indígenas contribui para a perda de sua identidade e cultura.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ler ou ver uma notícia sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil na sala de tecnologias e conversar sobre a mesma. ▪ Discutir sobre conteúdo de vídeos levando em consideração os seguintes questionamentos: <ul style="list-style-type: none"> - Vocês conhecem essas danças? - Vocês imaginam de onde vieram tais danças? - Apresentar um breve histórico das danças observadas. ▪ Pesquisar sobre quais as regiões brasileiras tiveram mais influência indígena relacionando com a cultura local. ▪ Apresentar para toda a escola o trabalho desenvolvido por meio de Movie Maker sobre o assunto e apresentação ao vivo das danças cateretê e caiapó.
3	Conflitos entre fazendeiro e etnias indígenas, a perda da cultura, das terras, da identidade e de suas vidas.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Discutir sobre as comunidades indígenas que se encontram em vulnerabilidade, devido a intensas brigas e disputas por terras, e que estes passam por perda de sua cultura ▪ Trabalhar conteúdos específicos sobre formação do solo, tipos de solo; água e alimentos orgânicos. ▪ Fazer uma composteira um minhocário para a preparação do húmus para futura utilização.
4	Perda da identidade indígena e questões de discriminação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar uma ação cidadania exclusivamente com a população indígena dentro de seus territórios garantindo assim o acesso a documentação civil, atendimento médico, inscrições em programas sociais
5	Pouca ou nenhum proeminência da cultura negra dentro da escola em detrimento da cultura europeia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisar e fazer levantamentos de dados sobre os quilombolas no Brasil. ▪ Realizar apresentação em Power point para todos da escola sobre o assunto. ▪ Criar apresentações artísticas sobre o assunto.
6	A falta de respeito da sociedade para com os povos indígenas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicar projeto multidisciplinar: <ul style="list-style-type: none"> - Aula nivelção do tema a ser abordado. - Aulas da cultura e história indígena no MS, modos de subsistência, alimentos de cultivo e consumo, espaço geográfico de ocupação - Metodologia e aplicação de produção de horta - Aulas debate após apresentação de vídeos/reportagem - Culminância ao redor da horta.
7	A demarcação de terras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Leitura do texto “Comunidades Indígenas e os problemas

	indígenas – um problema ainda sem solução	<p><i>atuais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Seminário de discussão com dois grupos: exploradores e cidadãos comuns ▪ Visita a uma aldeia indígena para conhecer mais a cultura destes nativos, o modo de vida, o que se perdeu com o tempo, o que se manteve, os medos da comunidade e esperanças para o futuro ▪ Relatório das atividades desenvolvidas
8	A demarcação de terra indígenas na região de fronteira entre e Paraguai Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Leitura de notícias/artigos seguido de anotações para elaboração de apresentações (slides) sobre a demarcação de terras indígenas na região de fronteira entre Brasil e Paraguai ▪ Apresentação dos slides e discussão sobre o texto lido e também sobre a situação dos moradores da região ▪ Confeccionar cartaz para campanha de coleta de assinaturas apoiando as questões das terras indígenas para encaminhamento a FUNAI e a representantes eleitos (deputados e senadores) via ofício através da unidade escolar.
9	A demarcação de terra indígenas na região de fronteira entre e Paraguai Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Leitura de notícias/artigos seguido de anotações para elaboração de apresentações (slides) sobre a divisão das terras indígenas em lotes, localização das aldeias perto das cidades que provoca aculturação ▪ Apresentação dos trabalhos desenvolvidos com direcionamento para discussões ▪ Produção de maquete retratando parte da aldeia com materiais que já foram descartados
10	Conflitos armados entre fazendeiros e indígenas Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construir uma linha do tempo com os principais marcos da História dos índios Guarani – Kaiowá em Mato Grosso do Sul mostrando a trajetória desse importante povo em nosso Estado sua cultura e sua luta pela “terra” será compartilhada com a comunidade escolar que precisa conhecer melhor nosso povo suas lutas e sua importância na nossa sociedade ▪ Divulgação da linha do tempo e da importância da cultura desse povo que trata a natureza com tanto respeito e cuidado, e dessa luta constante para se manterem em suas terras consideradas sagradas
11	Problema socioambiental relacionado ao lixo que não tem um destino adequado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisar sobre a situação de vulnerabilidade socioambiental das comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul ▪ Realizar uma aula de campo, com coletas de dados, fotos e entrevistas com os moradores do quilombo ▪ Criar uma ação cidadã por meio da Associação de Produtores de Fumaça do Dionísio, com parceria com a prefeitura, visando a coleta seletiva ▪ Realizar palestras sobre reaproveitamento do lixo orgânico e recicláveis ▪ Realizar oficina práticas utilizando materiais recicláveis, produzindo artesanatos, brinquedos, significativos no quilombo ▪ Realizar gincana ecológica visando a coleta seletiva e limpeza dos rios e terrenos próximos a escola da comunidade

12	A cada dia os povos indígenas brasileiros vêm perdendo sua identidade e cultura	<ul style="list-style-type: none">▪ Por meio de Webquest instigar o conhecimento da cultura indígena por meio da prática da Educação Física e de Jogos Olímpicos Indígenas
13	Necessidade de conscientização sobre amar a natureza para poder cuidar	<ul style="list-style-type: none">▪ Fazer um passeio para conhecer as nascentes dos córregos Segredo e Prosa (Campo Grande) no intuito de conhecer a natureza e assim preservá-la.▪ Leitura e debate de três textos propostos (cultura indígena e relação com a natureza)▪ Produzir uma cartilha com o resultado das reflexões em grupo sobre os costumes de adolescentes de comunidades indígenas e os costumes de adolescentes em uma comunidade tradicional e altamente ligada a tecnologia

Quadro 1 – Atividades

Nas atividades listadas observa-se a intenção de valorização das culturas que diretamente influenciam nossa sociedade, população indígena e quilombola, evidenciando a necessidade de os espaços escolares potencializarem suas discussões e ações pedagógicas para o fortalecimento das relações de conhecimento e de respeito.

Pesquisas no âmbito escolar apresentam informações de práticas educativas sensíveis às diferenças que emergem com cada vez maior força e visibilidade no cotidiano escolar. Apesar de que em muitos casos a visão de diferença estar relacionada às questões de déficit de aprendizagem e nível socioeconômico dos alunos (CANDAUI, 2011). Sendo assim, muitas práticas são articuladas pensando a diferença como um problema a ser superado. Cabe aos educadores na escola desencadear discussões e reflexões em que as discussões sejam relacionadas às identidades culturais e concebidas como construções sociais, dinâmicas e históricas. Fortalecendo práticas pedagógicas capazes de reconhecer, valorizar e empoderar sujeitos socioculturais muitas vezes discriminados e marginalizados.

Considerações finais

As práticas pedagógicas relacionadas aos aspectos ambientais e culturais são muitas vezes desenvolvidas por alguns professores mais preocupados com as temáticas, interessados pelas necessidades sociais e individuais.

Algumas iniciativas pedagógicas acontecem de pontual, dirigidas a grupos determinados, em momentos específicos do ano escolar, algumas vezes sem muita discussão e reflexão teórica, política e sensível. Sendo assim, espera-se que os desafios não sejam ignorados e que a educação voltada para os direitos humanos na perspectiva intercultural crítica aconteça para a valorização e respeito em relação às diferenças.

As questões sociais, ambientais, culturais, precisam ser consideradas no contexto educacional para que se potencialize a educação para construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Referências

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica. Revista Mestrado História, Vassouras, v.12, n1, p. 71-84, jan./jun. 2010.

BRASIL. Resolução nº2, de 15 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação Ambiental. Diário Oficial da União. Brasília: DOU, 2012.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB nacional [recurso eletrônico]: Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015a. – (Série legislação; n. 159)

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nºs 1/1992 a 90/2015, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/1994. – 48. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015b. – (Série textos básicos; n. 119)

CANDAU, V. M. Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. Currículo sem Fronteiras, Lisboa; Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011.

CANDAU, V. M. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. In: Educação e Sociedade, vol.33, jan-mar 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a15.pdf>

CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (org); Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 13-37.

CARVALHO, I. C. M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental popular e extensão rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2001.

CARVALHO, I. C. M. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea In: Novaes, Regina e Vannuchi, Paulo (orgs). Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, São Paulo, 2004.

ESPINHEIRA, G. Cultura: a consciência crítica de estar e ser no mundo. In Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007, vol. 2, p. 96-104.

GUIMARÃES, M. A formação de educadores ambientais. Campinas: Papyrus, 2004.

MOREIRA, Antonio F.; CÂMARA, Michelle J. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M; (org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 38-66.

MOURA, Jeani D. P.; HIRATA, Carlos Alberto. Educação Ambiental em Debate. Revista Prodência, UEL, Londrina, n.5, v.05, jul-dez, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/prodenciafope>

TRISTÃO, M. A Educação Ambiental na formação de professores – redes de saberes. 2ª Ed. São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2008.